

ÍNDICE

6.5.9 -	Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira	1/24
6.5.9.1 -	Justificativas.....	1/24
6.5.9.2 -	Objetivos	5/24
6.5.9.2.1 -	Objetivo Geral	5/24
6.5.9.2.2 -	Objetivos Específicos	5/24
6.5.9.3 -	Metas.....	6/24
6.5.9.4 -	Indicadores.....	7/24
6.5.9.5 -	Público-alvo.....	8/24
6.5.9.6 -	Metodologia	9/24
6.5.9.7 -	Cronograma	21/24
6.5.9.8 -	Responsáveis pela Elaboração do Programa	23/24
6.5.9.9 -	Equipe de Implementação.....	23/24
6.5.9.10 -	Instituições Envolvidas	23/24
6.5.9.11 -	Inter-relação com outros Planos e Programas	24/24
6.5.9.12 -	Requisitos Legais.....	24/24
6.5.9.13 -	Referências Bibliográficas	24/24

6.5.9 - Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira

6.5.9.1 - Justificativas

O Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira atende à condicionante específica n° 2.16 da LP N° 337/2009, IBAMA, que estabelece: Apresentar Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira contemplando para a All:

- Detalhamento de medidas que evitem ou minimizem a pesca predatória durante a construção e operação da usina, como campanhas de conscientização e orientação para os funcionários contratados, pescadores, moradores, estudantes, etc.;
- Detalhamento da atividade pesqueira e suas interfaces (comercial, subsistência e ornamental), com a previsão de medidas de apoio à geração de emprego e renda.

Este documento tem como objetivo apresentar o detalhamento do Programa Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira a ser desenvolvido no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, prevista para ser construída no rio Jari, divisa dos estados do Pará e do Amapá, entre os municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do Jari (AP).

A atividade pesqueira desenvolvida na região da All é basicamente artesanal, com a utilização de anzóis e, eventualmente, redes. A pesca é realizada com o auxílio de embarcações pequenas, como canoas e rabetas, sendo a mesma praticada por quase todos os moradores das comunidades que vivem fora dos núcleos urbanos da região e cumpre as funções de dieta alimentar e de atividade de lazer das famílias. O peixe destaca-se como principal item da dieta de 98% dos domicílios, sendo consumido em média duas vezes ao dia.

É usual a venda do pescado mesmo entre moradores que não vivem exclusivamente desta atividade. Isso quer dizer que, além da pesca garantir a segurança alimentar dos moradores, ela também contribui para a renda de agricultores e extrativistas de maneira esporádica. A sua comercialização está associada à venda de excedente e, principalmente, ao surgimento de alguma necessidade que os rendimentos advindos do trabalho agroextrativista não conseguem cobrir. No entanto, salienta-se que há também moradores da localidade de Santo Antônio da Cachoeira que vivem exclusivamente da pesca.

Na sede de Laranjal do Jari e no distrito de Monte Dourado a pesca é vista como uma atividade complementar a renda de seus moradores. A pesca comercial é realizada com apoio de embarcações de pequeno porte e se desenvolve em alguns trechos dos rios Pacanari e Jari. No rio Jari, são utilizadas para a pesca as áreas a montante da Cachoeira de Santo Antônio e, principalmente, a margem direita a jusante da Cachoeira, onde pescadores instalam redes nos vários canais do rio. Os pescadores geralmente gastam de oito a dez dias nos rios da região, em função da quantidade de gelo que dispõem em suas embarcações para o acondicionamento do pescado.

Há na região uma colônia de pescadores, a Z-10 do Rio Jari, que organiza a atividade. Ela possui cerca de 350 pescadores filiados, sendo que a maioria reside no Estado do Amapá. A média salarial de um pescador gira em torno de um salário mínimo e meio. De 15 de novembro a 15 de março os pescadores ficam impedidos de pescar, por ser o período do defeso. Sendo que o defeso do tambaqui tem duração de seis meses, se estendendo assim até 15 de maio. Nos quatro meses do defeso, o pescador que é associado à colônia recebe um salário mínimo do Governo Federal.

Entre os pescadores da Z-10, cerca de 40 atuam na região da Vila Iratapuru, Vila Santo Antônio e São José. Os demais 310 pescadores atuam no trecho que se inicia depois das sedes de Laranjal do Jari e Vitória do Jari e termina na foz do Rio Amazonas, região chamada de Boca do Jari. O volume mensal das principais espécies pescadas no Rio Jari pelos associados à Z-10, identificadas no EIA e apresentadas abaixo, é estimado em 26.800 kg. Projeta-se, que a pesca na região das vilas Iratapuru, Santo Antônio e São José produzam um volume mensal estimado em 3.060 kg de pescado sendo este volume consumido pelos moradores destas vilas. (**Quadro 6.5.9-1**).

Quadro 6.5.9-1 - Principais espécies capturadas pela atividade pesqueira

Espécie	Valor do quilo (máx)	Volume Mensal (kg)
Curimatã	6,00	4.000
Marará	4,00	4.000
Pacu	6,00	4.000
Dourada	7,00	2.400
Tambaqui	6,00	2.400
Acari	2,00	2.000
Filhote	8,00	2.000
Sarda	4,00	2.000
Tamata	3,00	2.000
Traira	4,00	2.000
Total		26.800

Fonte: Ecology Brasil - Pesquisa de campo realizada em junho de 2009.

Para o presidente da colônia, Sr. Izomar Pereira, uma das principais demandas que os pescadores da região possuem é uma fábrica de gelo que pertença à colônia, já que todo gelo consumido pelos pescadores é comprado de atravessadores. Outra dificuldade apontada é a restrição para pescar nas áreas de reservas como no caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Para ele, esses locais seriam os melhores pontos de pescaria, mas por serem áreas de reserva a pesca só poderia ser feita por anzóis, o que não compensaria os gastos.

Igualmente, ainda atuando na área do vale do Jari destaca-se a atuação da Colônia de Pescadores de Vitória do Jarí, a Z-15. Os pescadores da região conhecida como “beiradinho” utilizam os mesmos petrechos de pesca e procedimentos anteriormente citados, comercializando seu pescado em mercados locais.

Todo pescado da região é comercializado em Laranjal do Jari ou em Monte Dourado, a venda para municípios mais distantes não é possível por causa das limitações que os pescadores têm de armazenar o peixe. A prefeitura municipal de Laranjal do Jari construiu um galpão próximo ao centro da cidade para acomodar o mercado do peixe e a feira do agricultor. No entanto, os pescadores organizados na Z-10 se recusaram a utilizar o galpão por ser distante do rio e por ocasionar custos extras com o transporte do rio até o mercado e com o aumento do consumo de gelo, o que provocaria a elevação do valor do pescado comercializado. Eles mantiveram assim o mercado funcionando na beira do rio, em local que é abastecido principalmente pelo pescado proveniente de Santarém (PA).

Um aspecto relevante na análise da pesca da região é a pressão sobre determinadas espécies visando consumo de subsistência, como no caso das ordens Characiformes e Siluriformes. Da mesma maneira, identifica-se o comércio para fins ornamentais (aquariofilia).

Em referência aos impactos causados pelo empreendimento, identifica-se sobre a ictiofauna, em função da variação da qualidade da água, a diminuição do fluxo de água no trecho a jusante da enseadeira em um curto intervalo de tempo, da possibilidade de confinamento de animais de porte pequeno, entre outros impactos na hidrodinâmica que poderão ser melhor identificados a partir da do processo de monitoramento a ser realizado.

As alterações na hidrodinâmica, com progressiva modificação na estrutura dos ecossistemas aquáticos a partir da formação do reservatório, no entanto, deverão promover alterações especialmente no trecho de montante da cachoeira, onde a pesca se mostra menos intensa. Mas, como a pesca na região é realizada especialmente com uso de anzol ou malhadeira, as alterações que podem ocorrer na qualidade da água e no aporte de sedimento podem também interferir na

condição da pesca no trecho de jusante, especialmente no período de obras. A área de abrangência desse impacto envolve especialmente o trecho de jusante até as áreas urbanas de Laranjal do Jari e Monte Dourado. Seu efeito deverá ser cíclico e mais intenso nos períodos de menor vazão.

Por fim, vale enfatizar que os impactos ambientais gerados na atual configuração das atividades pesqueiras, seja sobre a pesca de subsistência, comercial, esportiva e ornamental, tende a intensificar-se com o processo de desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico da região.

Cabe assim a proposição de medidas de mitigação e compensação para os impactos negativos que a construção do empreendimento pode provocar na atividade pesqueira dos municípios da AII. Na proposição de tais medidas, entende-se que a gestão do território é de responsabilidade dos municípios, mas também se considera que a realização de parcerias entre o empreendedor e os poderes públicos locais pode apresentar resultados positivos no controle e fomento da atividade pesqueira. As medidas, que serão detalhadas adiante, são:

- Caracterização da atividade pesqueira dos municípios da AII e suas relações com a ictiofauna;
- Organização de cursos para funcionários contratados pelo empreendimento, pescadores, agentes públicos, moradores e estudantes sobre pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras;
- Campanha midiática sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras;
- Organização de fórum de discussão sobre formas de fomento à atividade pesqueira nos municípios da AII - envolvendo agentes públicos municipais, pescadores associados às colônias Z-10 e Z-15, representantes do IBAMA, representantes do ICMBIO, e das áreas de reserva ambiental para a implantação social e ambientalmente integrada de planos de manejo, de convênios com os governos estaduais e federal e de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental;

- Identificar junto aos participantes do fórum implementado uma proposta a ser apoiada em comum acordo com o empreendedor. Destaca-se que esses apoios devem ser proporcionais aos impactos causados pelo empreendimento, sendo as demandas identificadas na fase de caracterização da atividade pesqueira e na elaboração coletiva da cadeia produtiva de pesca;
- Monitoramento da atividade pesqueira, de forma a identificar potencial redução da produção associada aos impactos gerados sobre a ictiofauna no período das obras do empreendimento;
- Monitoramento e Acompanhamento do Programa.

6.5.9.2 - Objetivos

6.5.9.2.1 - Objetivo Geral

Este Programa tem como objetivo central contribuir na mitigação e compensação de potenciais impactos sociais e econômicos provocados pela implantação da UHE Santo Antônio do Jari, sobre a atividade pesqueira dos municípios da All durante e após as obras.

6.5.9.2.2 - Objetivos Específicos

Seus objetivos específicos são:

- Desenvolver métodos que possibilitem a caracterização da atual atividade pesqueira e suas relações com ictiofauna;
- Proceder a atualização de informações sobre a Colônia de Pescadores de Vitória do Jarí Z-15 visando a compreensão e maior delineamentos das atividades propostas para esse público;
- Informar aos funcionários contratados e a população residente e migrante sobre a pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras;
- Discutir e cooperar na implantação de ações social e ambientalmente integradas de fomento da atividade pesqueira e de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental;

- Identificar junto aos participantes do fórum instaurado uma proposta a ser apoiada em comum acordo com o empreendedor. Esses apoios deverão ser proporcionais aos impactos causados pelo empreendimento, sendo as demandas identificadas na caracterização da atividade pesqueira e na elaboração coletiva da cadeia produtiva de pesca;
- Envolver os pescadores representados essencialmente por meio das Colônias de Pescadores Z-10 e Z-15 nas atividades propostas por esse Programa, garantindo não somente a participação dos mesmos no processo como a lisura, o controle e o monitoramento social das ações efetuadas;
- Monitorar possíveis reduções da produção pesqueira associadas aos impactos gerados sobre a ictiofauna no período de construção e operação do empreendimento.

6.5.9.3 - Metas

Levando-se em consideração os objetivos enunciados, busca-se alcançar as seguintes metas:

- Realizar diagnóstico de caracterização da atividade pesqueira dos municípios da All e suas relações com a ictiofauna;
- Firmar convênio de cooperação com o poder público dos municípios da All e com as colônias de pescadores Z-10 e Z-15 para a realização de cursos informativos e de atualização para funcionários contratados, pescadores, agentes públicos, moradores e estudantes sobre pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras;
- Realizar campanha midiática sobre a pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases das obras;
- Fortalecer os canais de negociação e entendimento entre o empreendedor, agentes públicos municipais, pescadores associados às colônias Z-10 e Z-15, representantes do IBAMA, do ICMBIO e das áreas de reserva ambiental para definir conjuntamente a implantação social e ambientalmente integrada de planos de manejo, de convênios com os governos estaduais e federal e de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental;

- Elaborar junto ao público de interesse a cadeia produtiva de pesca, envolvendo os municípios da All e o público em questão, facilitando-se desta forma a visualização de estratégias coletivas para a viabilização de alternativas de geração de renda;
- Elaborar e apoiar um projeto, construído de forma participativa, que atenda alguma das demandas visualizadas pelo Fórum, com critérios e recursos definidos em comum acordo com o empreendedor;
- Avaliar e monitorar a atividade pesqueira, de forma a identificar potencial redução da produção associada aos impactos gerados sobre a ictiofauna no período de construção e operação do empreendimento, propondo adequações quando essas se fizerem necessárias, em ações a serem definidas de forma conjunta com o poder público e a colônia de pescadores Z-10.

6.5.9.4 - Indicadores

A execução do Programa e sua eficácia serão avaliadas através dos seguintes indicadores:

- Percentual de participação dos pescadores dos municípios da All e das lideranças das colônias Z-10 e Z-15 nos diagnósticos de caracterização da atividade pesqueira e suas relações com a ictiofauna;
- Percentual de participação de funcionários contratados, pescadores, agentes públicos, moradores e estudantes dos municípios da All nos cursos informativos e de atualização sobre a pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras;
- Número de cartilhas e cartazes informativos distribuídos à população residente dos municípios da All e de spots veiculados em rádios locais na campanha de comunicação sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras;
- Percentual de participação dos agentes públicos municipais, pescadores associados às colônias Z-10 e Z-15 representantes do IBAMA, do ICMBIO e das áreas de reserva ambiental nos fóruns de discussão para definir conjuntamente a implantação social e ambientalmente integrada de planos de manejo, de convênios com os governos estaduais e federal e de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental;

- Número de ações identificadas nas reuniões para a elaboração da cadeia produtiva de pesca e sua posterior aprovação, por parte do público-alvo do programa, das medidas de compensação implantadas visando à melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental nos municípios da All, indicadores a serem medidos por vistorias de campo sistematizadas em relatórios de avaliação e monitoramento;
- Número de projetos indicados ao processo de seleção instaurado pelo Programa;
- Percentual de projetos associados à qualificação da atividade pesqueira;
- Quantidade de pescado/localidade integrante da área de domínio do empreendimento;
- Quantidade de pescado obtido nas diferentes fases do empreendimento;
- Qualidade do pescado/localidade nas diferentes fases do empreendimento;
- Percentual de variação na renda familiar dos pescadores/localidade.

6.5.9.5 - Público-alvo

O público-alvo do Programa está circunscrito aos municípios da All: Almeirim, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Ele é formado pelas populações residentes, gestores públicos, pescadores dos municípios da All e das lideranças das colônias Z-10 e Z-15, representantes do IBAMA e ICMBIO, além de representantes das áreas de reserva ambiental.

6.5.9.6 - Metodologia

O Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira efetuará ações integradas que estimulem a participação de seu público de interesse em diferentes instâncias: na elaboração da caracterização pesqueira a ser realizada; na participação em fóruns e na construção de estratégias de geração de renda para os pescadores das localidades de sua AII.

Ao incentivar a participação, este Programa reconhece o seu papel na mediação de conflitos como também no estabelecimento de um palco de debates e negociação. Igualmente, o mesmo se insere nas diretrizes estabelecidas pelo IBAMA ao reconhecer o licenciamento ambiental como locus da gestão ambiental, espaço esse aonde os atores sociais venham a criar condições propícias a tomada de decisões para o interesse coletivo.

A metodologia prevê a instauração de fórum de discussão visando promover as articulações necessárias ao desenvolvimento de novas alternativas de renda e de articulação político-social.

Desta maneira, o Programa foi estruturado de maneira a delinear as principais atividades a serem desenvolvidas com base nos objetivos e metas estabelecidos. Os procedimentos de trabalho deverão integrar-se a outros programas ambientais em desenvolvimento, através de articulações institucionais.

As técnicas a serem aplicadas para o desenvolvimento do trabalho baseiam-se em métodos participativos, aferições de campo e aplicação de roteiro informal (não-estruturado) de entrevista para levantar informações junto aos representantes da população, gestores públicos e agentes econômicos locais.

O processo de instrumentalização a ser adotado pautar-se-á na condução de cursos em diferentes formatos visando o atendimento ao público de interesse do Programa. Outra estratégia de repasse de informações será efetuada através de campanhas de comunicação junto a diferentes tipos de mídias.

Não obstante, o Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira foi estruturado em sete ações distintas e complementares.

Ação 1: Caracterização da atividade pesqueira dos municípios da All e suas relações com a ictiofauna.

Ação 2: Implementação de cursos sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna junto ao público de interesse nas diferentes fase das obras

Ação 3: Campanha midiática sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras.

Ação 4: Organização de fórum de discussão sobre formas de fomento à atividade pesqueira nos municípios da All - envolvendo agentes públicos municipais, pescadores associados às colônias Z-10 e Z-15, representantes do IBAMA, representantes do ICMBIO, e das áreas de reserva ambiental para a implantação social e ambientalmente integrada de planos de manejo, de convênios com os governos estaduais e federal e de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental.

Ação 5: Apoiar uma proposta a partir das demandas identificadas na caracterização da atividade pesqueira e através da elaboração coletiva da cadeia produtiva de pesca. Destaca-se que este apoio deverá ser feito em comum acordo com o empreendedor e que deve ser proporcional aos impactos causados pelo empreendimento.

Ação 6: Monitoramento da atividade pesqueira, de forma a identificar potencial redução da produção associada aos impactos gerados sobre a ictiofauna no período das obras do empreendimento.

Ação 7: Monitoramento e Acompanhamento do Programa.

Para facilitar a compreensão do conjunto de atividades que compõem este Programa, detalhar-se-á a seguir cada bloco previsto de atividades, enfatizando suas principais características:

Ação 1: Caracterização da atividade pesqueira dos municípios da All e suas relações com a ictiofauna

Esta atividade tem como principal objetivo a obtenção de um conjunto de informações que permitam realizar a diagnose da pesca nos municípios e localidades da All, contribuindo para elaboração de estratégias de monitoramento do potencial de pesca local como de fomento econômico. Para este fim, entende-se que a caracterização deverá:

- Proceder a caracterização dos municípios e localidades, ressaltando-se os aspectos referentes ao setor pesqueiro;
- Estimar o número de embarcações pesqueiras dos municípios e localidades em questão;
- Identificar o tamanho das embarcações e suas principais especificações;
- Estimar o número de pescadores por embarcações;
- Identificar os principais pontos de desembarque pesqueiro;
- Identificar as artes de pesca utilizadas;
- Identificar principais petrechos de pesca;
- Identificar os insumos para pesca;
- Identificar as principais espécies capturadas/localidade;
- Identificar formas de acondicionamento do pescado;
- Identificar aspectos relacionados a comercialização do pescado (quantidade de produção, clientes, espécies de interesse, formas de comercialização etc);
- Identificar atividades econômicas complementares realizadas no período do defeso;
- Identificar a organização da cadeia produtiva de pesca;

- Identificar aspectos relacionados a organização social pesqueira;
- Identificar as principais políticas públicas relacionadas ao setor;
- Identificar acesso a linhas de financiamento e assistência técnica.

De forma a subsidiar todas as ações a serem realizadas a posteriori, a caracterização da atividade pesqueira na All deverá ser realizada 02 meses antes do início das obras.

A elaboração da diagnose supracitada prevê as seguintes etapas:

Etapa 1 - Preparação do trabalho de campo, com leitura de bibliografia disponível sobre os municípios e suas atividades pesqueiras e elaboração de questionários a serem aplicados junto aos pescadores e às lideranças das colônias de pescadores Z-10 e Z-15;

Etapa 2 - Aplicação de um questionário teste em visando ajustar o escopo das informações de interesse desta proposta e corrigir possíveis distorções;

Etapa 3 - Trabalho de campo com aplicação dos questionários junto aos pescadores e às lideranças das colônias de pescadores Z-10 e Z-15;

Etapa 4 - Elaboração de relatório sistematizando informações sobre a atividade pesqueira dos municípios da All e suas relações com a ictiofauna.

Ação 2: Implementação de cursos sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna junto ao público de interesse nas diferentes fase das obras

Nesta etapa, será efetuado um processo de instrumentalização do público de interesse visando a sensibilização destes atores sociais nas temáticas supracitadas e a instauração de um processo de discussão e articulação social.

Essa ação compreende diferentes etapas, a saber:

Etapa 1 - Articulação e planejamento

- Reunião com as prefeituras dos municípios da All e as colônias de pescadores Z-10 e Z-15 para estipular calendário de cursos e seleção de participantes.
- Elaboração de metodologia participativa, dos planos de curso e de aula e do material didático.

Etapa 2 - Implementação do Curso

O Curso apresenta como principal objetivo a instrumentalização dos atores associados à pesca nos municípios e localidades da All, fornecendo conteúdos teóricos e instrumentos práticos que propiciem o entendimento sobre o empreendimento, os impactos do mesmo junto a ictiofauna e sobre a pesca.

Seu conteúdo deverá tratar:

- O empreendimento UHE Santo Antônio do Jari;
- A UHE Santo Antônio do Jari e seus impactos sobre a pesca;
- Potencialidades e fragilidades da Pesca no rio Jari;
- Pesca Predatória e seus impactos na biodiversidade;
- Procedimentos para o Resgate de Ictiofauna.

Carga Horária: 24 horas.

Número de participantes: 20 a 30 participantes/turma

Os cursos serão realizados nas diferentes fases do empreendimento, visando ampliar o seu alcance junto ao público de interesse. Desta forma, reitera-se que ao longo de cada etapa do empreendimento, no espaço de 32 meses, deverá ser realizado um 01 curso/ano. Caso haja uma grande procura, novas turmas podem ser formadas.

Etapa 3 - Avaliação do Curso

Esta etapa prevê a elaboração de relatório sistematizando informações sobre o curso.

Ação 3: Campanha midiática sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras

Nos três anos do empreendimento serão elaborados spots para rádio, cartilhas e cartazes impressos sobre a pesca predatória, sobre os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e sobre os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases das obras.

A veiculação será realizada nas duas principais rádios locais de cada município da All durante 3 meses de veiculação, atendendo o período de defeso. Deverá ser realizada pelo menos uma campanha por ano.

Da mesma forma serão elaborados 500 exemplares por ano de uma cartilha sobre o tema (ao todo serão três edições diferenciadas que totalizarão 1.500 exemplares) e de 100 exemplares por ano de cartaz (ao todo serão três edições diferenciadas que totalizarão 300 exemplares), com posterior envio pelos correios para os órgãos públicos locais e para a colônia de pescadores Z-10 que se disponibilizarem a ser parceiras na distribuição do material informativo, com Aviso de Recebimento. (uma campanha por ano).

Item	Descrição
Cartilha	Tamanho A2, papel especial e cor: 4/0 cores
	Tamanho A5 (fechado) e A4 (aberto), papel reciclado 120 g (miolo) e 180 g (capa) e cor: 2/2 cores.
	Acabamento: corte simples, grampo canoa
	Páginas: 28 + capas = 32 páginas

Ação 4: Organização de fórum de discussão sobre formas de fomento à atividade pesqueira nos municípios da All - envolvendo agentes públicos municipais, pescadores, representantes do IBAMA, representantes do ICMBIO, e das áreas de reserva ambiental para a implantação social e ambientalmente integrada de planos de manejo, de convênios com os governos estaduais e federal e de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental

Esta fase compreende a organização e implementação de um fórum de debates junto a diferentes atores sociais das localidades da All (agentes públicos municipais, pescadores associados às colônias de pescadores Z-10 e Z-15, representantes do IBAMA, do ICMBIO e das áreas de reserva ambiental) visando a implantação de ações sugeridas pela coletividade, de convênios com os governos estaduais e federal bem como a implantação de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental.

Essa ação compreende diferentes etapas, a saber:

Etapa 1 - Criação de Fórum de discussão

O fórum em questão será criado com intuito de subsidiar a tomada de decisões; estimular a discussão de projetos e planos de interesse de seus participantes; fortalecer parcerias locais/regionais; promover ações de inserção em políticas públicas municipais, estaduais e federais; estimular a promoção de convênios com os governos estaduais e federal e a promoção de estratégias para realização de ações de melhoria na infraestrutura da pesca comercial e ornamental. A realização do fórum propiciará também a apresentação do diagnóstico elaborado pelo programa sobre a caracterização da atividade pesqueira dos municípios da All e suas relações com a ictiofauna.

Etapa 2 - Elaboração da Cadeia Produtiva de Pesca

Construção com as partes interessadas de toda a cadeia produtiva da pesca para as diferentes localidades da All, visando ampliar a discussão coletiva da dinâmica pesqueira e proceder ao debate sobre projetos a serem desenvolvidos que contribuam para a resolução de problemas junto ao setor de pesca artesanal.

Etapa 3 - Elaboração de propostas de apoio ao fomento de atividades produtivas visando a geração de renda.

Essa etapa prevê buscar alternativas viáveis e sustentáveis a demandas locais, a partir da cadeia produtiva traçada pela coletividade e das discussões realizadas nas reuniões do Fórum. Tais projetos apresentar viabilidade técnica, ambiental e financeira.

Para tal, o Programa viabilizará um processo de formação que contribua para que os participantes possam elaborar projetos e captar recursos. Neste mote, o Programa estimulará a formação de parcerias.

Etapa 4 - Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

O Curso apresenta como principal objetivo a instrumentalização dos atores associados à pesca nos municípios e localidades da AII em elaboração de projetos e captação de recursos, fornecendo conteúdos teóricos e orientação técnica para que obtenção de recursos técnicos, logísticos e financeiros.

Seu conteúdo deverá tratar:

- Gestão de Projetos Socioambientais
- Elaboração de Projetos: planejamento e execução
- Etapas de um projeto:
- Legislação Ambiental e pesqueira
- Políticas de pesca e acesso a créditos rurais
- Captação de recursos
- Fontes de Recursos

Carga Horária: 24 h.

Número de participantes: 20 a 30 participantes/turma

O curso será a primeira ação implementada em conjunto com o Fórum criado. De forma a ampliar o número de participantes, o curso será realizado ao longo dos 32 meses do Programa, sendo oferecida 01 turma/ano.

Etapa 5 - Avaliação do Curso

Esta etapa prevê a elaboração de relatório sistematizando informações sobre o curso.

Etapa 6 - Acompanhamento da execução das ações planejadas pelo fórum de discussão

Esta etapa prevê a participação da coordenação do programa em reuniões, em intervalos regulares, de três em três meses, a fim de proceder o acompanhamento da execução das discussões e ações planejadas pelo Fórum, originando atas destas reuniões e relatórios das informações coletadas durante as mesmas.

Ação 5: Apoiar uma proposta a partir das demandas identificadas na caracterização da atividade pesqueira e através da elaboração coletiva da cadeia produtiva de pesca. Destaca-se que este apoio deverá ser feito em comum acordo com o empreendedor e que deve ser proporcional aos impactos causados pelo empreendimento

Nessa fase será realizada a seleção pelo empreendedor de uma proposta que represente as demandas dos participantes do fórum instaurado, a partir da diagnose traçada e da própria cadeia produtiva.

Nesse sentido, serão estabelecidos tanto critérios específicos como valores para a ação a ser apoiada. Reitera-se que a proposta a ser financiada seja economicamente viável, ambientalmente sustentável e cuja gestão possa ser efetuada por representantes indicados no Fórum. Na mesma medida, a ação apoiada deverá estar em adequada com a dimensão e mitigação dos impactos.

Etapa 1: Elaboração e divulgação de Edital de Seleção de Projetos

Caberá a coordenação, em conjunto com o empreendedor, elaborar um Edital especificando as características, prazos de inscrição, processo de seleção, itens e valor financiável.

Etapa 2: Seleção pelo empreendedor de uma proposta apresentada

O empreendedor, a partir das atribuições propostas pelo Edital supracitado, definirá um projeto a ser apoiado no terceiro ano de ação do Programa.

Ação 6: Monitoramento da atividade pesqueira, de forma a identificar potencial redução da produção associada aos impactos gerados sobre a ictiofauna no período das obras do empreendimento

Os critérios metodológicos para esse monitoramento serão definidos a partir da fase de caracterização da atividade pesqueira, em conjunto com o Programa de Monitoramento da Ictiofauna e o de Resgate e Salvamento da Ictiofauna. A priori fica estabelecido que esta atividade será realizada nos seguintes momentos:

- Marco zero - compreende o primeiro mês que antecede o início das obras em pontos identificados na caracterização pesqueira;
- Marco 1 - compreende o sexto mês das obras;
- Marco 2 - compreende o primeiro ano das obras;
- Marco 3 - compreende o primeiro ano e meio das obras
- Marco 4 - compreende o segundo ano das obras;
- Marco 5 - compreende o primeiro mês de operação do empreendimento;
- Marco 6 - compreende o sexto mês de operação do empreendimento;
- Marco 7 - compreende o primeiro ano de operação do empreendimento.

Ademais, torna-se necessário salientar que caso seja observada alterações na atividade pesqueira, em qualquer uma das fases de instalação da usina, o empreendedor deverá efetuar os procedimentos adequados, adotando-se, se for o caso, novas medidas mitigatórias.

Ação 7: Monitoramento e Acompanhamento do Programa

Nessa fase serão realizadas reuniões trimestrais com as prefeituras dos municípios da All e as colônias de pescadores Z-10 e Z-15 para avaliação e monitoramento de possíveis reduções da produção pesqueira associadas aos impactos gerados sobre a ictiofauna no período das obras do empreendimento. Da mesma forma, elaborar-se-ão relatórios trimestrais consolidando as ações desenvolvidas em todo Programa.

6.5.9.8 - Responsáveis pela Elaboração do Programa

Nome	Formação	Identificação
Roberta Sampaio Guimarães	Mestre em Sociologia e Antropologia (com concentração em Antropologia)	ID: 10010791-1 (IFP/RJ) IBAMA: 511577
Joelma Cavalcante de Souza	Mestre em pesquisas sociais e estudos populacionais	IBAMA: 1683216

6.5.9.9 - Equipe de Implementação

- Coordenador do Programa: cientista social responsável por todas as atividades do Programa; pelos primeiros contatos para articulação com gestores públicos, pescadores associados as colônias de pescadores Z-10 e Z-15 representantes do IBAMA e representantes das áreas de reserva ambiental; pelo desenvolvimento de reuniões participativas; pela integração com outros planos e programas do Projeto Básico Ambiental inter-relacionados com a questão da produção pesqueira; e pela elaboração de relatórios, vistorias de campo e monitoramento das atividades.
- Equipe de elaboração do diagnóstico da atividade pesqueira dos municípios da AII e suas relações com a ictiofauna: cientista social e ictiólogo para a realização de trabalho de campo.
- Equipe de implantação das campanhas de comunicação: jornalista e equipe de designers para elaboração do material informativo da campanha, agentes públicos locais e pescadores das colônias de pescadores Z-10 e Z-15 para sua divulgação e distribuição.
- Equipe de trabalho dos cursos informativos e de atualização sobre a pesca predatória, os impactos do empreendimento na estruturação da ictiofauna e os planos de resgate da ictiofauna durante a realização das diferentes fases obras: cientista social e ictiólogo e funcionários contratados, pescadores, agentes públicos, moradores e estudantes a serem informados.
- Equipe de fórum de discussão sobre formas de fomento à atividade pesqueira nos municípios da AII: cientista social e ictiólogo, agentes públicos municipais, pescadores associados às colônias de pescadores Z-10 e Z-15 representantes do IBAMA e representantes das áreas de reserva ambiental.

6.5.9.10 - Instituições Envolvidas

Prefeituras e sub-prefeituras, dos municípios pertencentes a AII, órgãos públicos municipais; colônias de pescadores Z-10 e Z-15; IBAMA e ICMBIO.

6.5.9.11 - Inter-relação com outros Planos e Programas

- Programa de Gerenciamento Ambiental - PGA - englobará um conjunto de atividades técnicas, informativas e educativas que venham a garantir a implementação adequada do Programa Ambientais implementados. Neste sentido, torna-se prioritário estabelecer estratégias de diálogo e articulação entre os Programas visando sua efetividade.
- Programa de Educação Ambiental - PEA - estimulará através de diferentes ações a participação de das comunidades locais, através de seus atores sociais em processo de mediação de conflitos, reflexão sobre as dinâmicas locais e compreensão do empreendimento. Desta forma, a partir do processo educativo espera-se a estimulação do controle social.
- Programa de Comunicação Social - PCS - relaciona-se diretamente com este Programa a medida que estabelece canais de comunicação com as partes interessadas ampliando o alcance e efetividade das informações dos Programas propostos.
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna - fornecerá informações necessárias tanto a caracterização pesqueira como ao próprio monitoramento das atividades pesqueiras.
- Programa de Resgate e Salvamento da Ictiofauna - definirá ações para o manejo adequado de pescado.

6.5.9.12 - Requisitos Legais

Não há impedimentos ou requisitos legais para a implantação do Programa.

6.5.9.13 - Referências Bibliográficas

ECOLOGY BRASIL, Estudo de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. Rio de Janeiro, Agosto de 2009.

Parecer Técnico 038/2009. IBAMA. Maio de 2009.

Parecer Técnico 075/2009. COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Agosto de 2009.